Manifesto por memória e justiça para vítimas e familiares do Massacre do Abacaxis

No mês de agosto de 2020, em plena pandemia de covid-19, uma operação de vingança e extermínio da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas aterrorizou, torturou e matou impiedosamente ribeirinhos e indígenas, moradores do Rio Abacaxis e Mari-mari, entre os municípios de Borba e Nova Olinda do Norte. Tal operação aconteceu após a invasão do território tradicional, habitado por indígenas e ribeirinhos, por pescadores esportivos, dentre os quais o ex-Secretário de Estado do Fundo de Promoção Social, Saulo Moysés Rezende Costa, que teria sido ferido no ombro e em seguida acionado a força policial da Secretaria de Segurança, que entrou no território sem identificação e sem fardamento, resultando na morte de dois policiais e outros dois feridos.

Após cinco anos de clamor por parte das vítimas e familiares do Massacre ocorrido no Rio Abacaxis e permanente luta da sociedade civil por justiça, finalmente, a Polícia Federal anunciou no dia 07 de maio deste ano, a finalização das investigações, com indiciamento de 13 policiais militares.

Antes, porém, ainda no início de 2025, o Ministério Público Federal-MPF, denunciou na Justiça Federal, 11 destes policiais militares, envolvidos na morte dos dois indígenas Munduruku - **Josimar e Josivan Lopes** -, de uma família ribeirinha inteira - **Anderson, Vandrelânia e Mateus** -, de **Benahim e Eligelson**, também ribeirinhos, todos moradores das comunidades tradicionais da região do Rio Abacaxis.

De acordo com as petições das denúncias do MPF, se confirma o que foi denunciado durante todos esses anos pela sociedade civil de que, o motivo da violência policial foi um ato de vingança perpetrada por policiais militares em razão, inicialmente, do suposto atentado ao Secretário de Estado Saulo Moysés Rezende da Costa e, depois, da morte de dois policiais e ferimento dos outros dois. “Sendo a vingança motivada por sentimentos de crueldade, rancor desmedido ou desejo de causar sofrimento”, apontada por isso, pelo MPF, como homicídios por motivo torpe.

Dentre os denunciados estão o ex-secretário de Segurança Pública - Coronel Louismar Bonates - e o ex-comandante-geral da Polícia Militar no Amazonas - Coronel Ayrton Norte -, que comandou pessoalmente a operação em 2020. Todos se tornaram réus em três das ações penais que tramitam no juízo da 2ª Vara da Justiça Federal no Amazonas e respondem pelos crimes de homicídio qualificado, ocultação de cadáver, sequestro e cárcere privado. Contudo, atualmente, as ações penais estão suspensas por decisão da Quarta Turma do Tribunal Regional Federal, em razão de habeas corpus impetrado pelo ex-Secretário de Segurança Pública, contestando a competência do juízo da 2ª Vara para julgá-lo.

Para o Coletivo da sociedade civil que acompanha o caso desde o início, a notícia do início das ações penais - que são o começo do processo de

responsabilização dos autores dos crimes - significa um passo de superação da etapa de investigação, marcada pela morosidade (devido a trocas recorrentes de delegados), e que somente teve avanços significativos quando a direção do inquérito foi assumida pelo delegado **Francisco Badenes**, profissional comprometido com a defesa dos direitos humanos e que atuou com empenho e dedicação para a apuração das autorias dos graves crimes contra direitos humanos cometidos durante os dias de crueldade no agosto de 2020.

Apesar do avanço com a finalização da fase investigativa e início da fase processual, temos a clareza que não acabou. Sinal claro disso, foi o obstáculo processual já imposto por um dos réus, que paralisou as ações penais.

Temos claro que, para que a impunidade e a injustiça não vençam, é totalmente necessário que todos os atores do sistema de justiça - especialmente o MPF, o Juízo da 2ª Vara Federal, a Quarta Turma do TRF1 - atuem com dedicação e firmeza para **combater** todas as estratégias usadas para atrapalhar e retardar o julgamento dos réus, para garantir que os processos sejam concluídos de forma rápida, eficiente e eficaz.

Os/as sobreviventes e testemunhas do Massacre, mesmo ainda convivendo com as tristes lembranças e o medo constante de novas ameaças de violência policial e violação de direitos humanos, possuem a firme esperança de ver os réus responsabilizados criminalmente e as vítimas e famílias indenizadas, acreditando serem essas, algumas das formas de se fazer justiça, de combater a impunidade e evitar a ocorrência de outras tragédias semelhantes.

São cinco anos de memória e luta por justiça. Que a memória deste passado nos ajude a construir o projeto de País no qual as comunidades tradicionais e os povos indígenas, em particular no Amazonas, tenham direito a viver protegidos em seus territórios, conforme garantem as normas nacionais e internacionais assumidas pelo Brasil.

Continuamos a sonhar e teimar por justiça junto com nossas irmãs e irmãos que tiveram seus direitos fundamentais à vida, à integridade física e psicológica totalmente violados pelo próprio Estado do Amazonas, nas pessoas de seus agentes. Só haverá justiça se os autores dos crimes contra os indígenas e ribeirinhos forem regularmente PROCESSADOS e JULGADOS.

E para fazer memória daqueles e daquelas que tombaram no massacre do Rio Abacaxis e Mari-mari, lembramos:

Josimar Moraes Lopes. Presente!

Josivan Moraes Lopes. Presente!

Anderson Monteiro. Presente!

Vandrelânia de Souza Araújo. Presente!

Matheus Araújo. Presente!

Admilson Silva dos Santos. Presente!

Eligelson de Souza da Silva. Presente!

Todos os/as indígenas e ribeirinhos/as torturados/as. Presentes!

Jamais esqueceremos. Massacre do Abacaxis, nenhum massacre dos/as empobrecidos/as. Nunca Mais!